

Em busca de solução para a desigualdade

Para especialistas, a expansão de programas como o Bolsa Família é a saída para reduzir a disparidade entre os mais pobres, que representam pouco mais de 1% do PIB, e os ricos. PÁGINA 2

DESIGUALDADE

Pouco mais de 1% do PIB chega aos mais pobres

Brasil destina 18,5% da riqueza a políticas e serviços de proteção social, mas gastos com programa de transferência de renda para a camada mais vulnerável são insuficientes para reduzir a desigualdade. Especialistas apontam a expansão do Bolsa Família como saída

» CLÁUDIA DIANNI

Nas últimas semanas, vários estudos divulgados revelaram o aumento e a extensão da pobreza no Brasil (ver arte), que fomentaram discussões sobre a desigualdade estrutural no país. Na terça-feira passada, a Câmara dos Deputados entrou no debate quando o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) anunciou que vai começar a tramitar projetos para um pacote social. No Brasil, os gastos com proteção social, incluindo serviços públicos, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), aumentaram de 15,5% em 1995 para 18,5%, (último dado disponível), de acordo com o Relatório Global de Proteção Mundial da Organização Mundial do Trabalho (OIT). Mesmo assim, o país amarga a nona posição entre os mais desiguais do mundo, de acordo com a Oxfam.

O dinheiro fica nos andares de cima da pirâmide social e quase não chega à base, afirmam especialistas ouvidos pelo **Correio**. Eles indicam a expansão do programa Bolsa Família como o melhor caminho para enfrentar o problema; apontam o poder pú-

blico como promotor da desigualdade, ao alocar recursos de maneira desigual; e veem espaço fiscal para mudar a realidade por meio do remanejamento de gastos e tributos.

"O Brasil transfere renda incriivelmente mal. O grosso está indo para a metade de cima, especialmente para os 10% do topo. Do total de transferências, o Bolsa Família representa apenas 0,44% do PIB e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), menos de 1%. Depois vem todo o resto, mas esses dois são as transferências que chegam aos mais pobres", explica Sergei Soares, pesquisador do Ipea.

De acordo com estudo coordenado por Soares, em 2016 e 2017 a proteção social foi fundamental para evitar que os efeitos negativos da crise econômica aumentassem a desigualdade. A participação do salário na renda total da população caiu de 75,3% em 2016 para 74,5% em 2017. No entanto, os rendimentos oriundos de programas de proteção social – previdência, Bolsa Família, BPC e outras fontes, cresceram de 21,1% para 21,8% no período. O coeficiente de Gini apresentou uma queda marginal de 0,18 ponto en-

tre 2016 e 2017: 0,541 para 0,539.

Soares explica que a leve oscilação ocorreu devido às mudanças na composição da renda total, que substituíram, em termos de participação, a do trabalho por outras. "O sistema de proteção foi fundamental para que não aumentasse ainda mais a profunda desigualdade, disse. Em outro estudo, ele propõe a fusão dos orçamentos do Bolsa Família, do Abono Salarial, do Salário-Família e da dedução por dependente para crianças no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), que somam R\$ 52 bilhões, recursos suficientes, para Soares, para formar um único programa mais concentrado com potencial de gerar maior impacto. Sem a pulverização dos programas, ele acredita que os benefícios cheguem a quem realmente precisa por meio de uma eficiente utilização do Cadastro Único para Programas Sociais.

Entusiasta do Bolsa Família, Pedro Ferreira Cavalcanti, da Fundação Getúlio Vargas, considera os programas de transferência de renda eficientes e baratos e defende gastar mais com eles do que com

isenções fiscais. "O Bolsa Família não chega a 0,5% do PIB, enquanto os incentivos tributários somam 4% do PIB", compara

Ele explica que a compensação da desigualdade pode ocorrer pela transferência direta de impostos cobrados dos mais ricos para os mais pobres, via programas sociais, ou gastando mais com serviços utilizados pela classe desfavorecida. "O Brasil faz mal as duas coisas", avalia. Para ele, um exemplo de desigualdade promovido pelo Estado é manter regimes tributários diferentes para contribuintes com o mesmo potencial contributivo.

Robin Hood às avessas

Recentemente, ao anunciar o Programa Verde e Amarelo, para geração de empregos para jovens, o governo foi na direção contrária da apontada pelos especialistas ao tributar em 7,5% quem recebe o salário desemprego como fonte de receita para oferecer desoneração ao empregador. "Não há evidência internacional de que esse tipo de incentivo tem impacto duradouro no emprego, e tirar de desempregado para transferir para o

empregador, me parece um Robin Hood às avessas. Deve haver outras fontes menos regressivas" diz Cavalcanti.

"Temos outros exemplos, como a isenção tributária da Zona Franca de Manaus até o absurdo de descontar do Imposto de Renda o valor pago a empregados domésticos, subsidiando a vida boa da classe média. Aumentar o valor do Bolsa Família tem um impacto brutal na redução da pobreza. Se dobrasse o benefício, o impacto sobre as pessoas e a economia seria muito grande com reflexo no consumo. Afinal, não é isso que a equipe econômica espera ao liberar saques do FGTS? Por que não aumentar o Bolsa Família?"

Marcelo Neri, economista da FGV-Social, mostra esse impacto com números. "O Bolsa Família ajuda a girar as rodas da economia e não custa tanto. Aumentar o programa causa impacto eco-

nômico, porque os pobres consomem mais da renda do que outros setores da sociedade, portanto o efeito multiplicador é maior. Para cada real gasto com o Bolsa Família, o PIB cresce R\$ 1,78. No caso do BPC, o efeito é de cerca de R\$ 1,20, já com a Previdência, é de R\$ 0,53", explica.

Sem reajuste, o valor unitário mensal pago pelo Bolsa Família, de R\$ 89,00, está abaixo da linha de extrema pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, de R\$ 145 per capita por mês. "A linha de extrema pobreza e de elegibilidade para o Bolsa Família tem que ser compatível. Atualmente o programa não reflete os indicadores de extrema pobreza, o que é prejudicial. É preciso reajustar os parâmetros", afirma.

Do pacote com as propostas de combate à desigualdade e à pobreza, anunciado por Maia na terça-feira, consta incluir o Bolsa Família na Constituição e garantir reajustes acima da inflação,

além de uma modalidade específica do programa para crianças. O grupo que elaborou a proposta promete apresentar uma PEC na próxima semana com seis projetos de lei que incluem ainda políticas para água e saneamento.

"Colocar o Bolsa Família na Constituição é uma medida extrema, mas o Brasil tem várias coisas na Carta que não beneficiam os mais pobres, então, é importante proteger o Bolsa Família. Talvez fosse bom que nada estivesse na Constituição e que houvesse uma política de Estado que mantivesse o valor do programa", diz Neri. Para Soares, o foco tem que ser a infância. "No Brasil, infância é igual a pobreza. Temos 53 milhões de crianças, 17 milhões não recebem nenhum benefício e, dessas, dois terços estão na metade de baixo da pirâmide e 50% são o público-alvo do Bolsa Família, que é um superprograma", opina.



O Bolsa Família ajuda a girar as rodas da economia e não custa tanto. Para cada real gasto com o programa, o PIB cresce R\$ 1,78. No caso do BPC, o efeito é de R\$ 1,20

Marcelo Neri,
economista da FGV-Social

Para reduzir a pobreza

Bolsa Família e BPC são as principais políticas que alcançam os mais vulneráveis e excluídos do mercado de trabalho, mas, somados a outras iniciativas para trabalhadores de baixa renda, gastos não chegam a 2% do PIB



PRINCIPAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL*

Política	Benefícios (milhões)	Valor (R\$ bilhões)	% PIB	Risco Social
Bolsa Família	43,300	20,05	0,44	pobres, crianças e adolescentes
BPC	4,549	54,47	0,84	idosos e deficientes
Abono Salarial	20,924	17,35	0,26	pobres/ baixo rendimento
Dedução IRPF (criança)	10,616	4,36	0,078	infância
Salário Família	5,259	2,0	0,03	pobreza e infância
Proteção Social	-	107,230	1,65	pobreza e infância

*dados de 2017 PIB de 2017: 6.559,90 (em trilhões)

QUEM E QUANTO RECEBEM?

Bolsa Família

R\$41, R\$ 48, quem tem renda per capita mensal até R\$ 178 ou R\$ 89,00 por pessoa, quem tem renda per capita mensal até R\$ 89

Benefício de Prestação Continuada

Um salário mínimo mensal a deficientes (valor proporcional ao grau de deficiência) e idosos acima de 65 anos com renda mensal até ¼ do salário mínimo

Abono Salarial

Um salário mínimo anual para quem ganha entre um e dois salários mínimos mensais

Dedução IRPF (crianças)

Valores variam de zero, renda inferior a R\$ 1.903,98 mensais, a R\$ 52,14 por mês, rendas tributáveis acima de R\$ 4.664,68 mensais.

Salário-Família

Faz parte dos benefícios do RGPS e é pago para trabalhadores do setor formal da economia, cujos rendimentos sejam de até R\$ 1.319,18, e com crianças de até 14 anos de idade incompletos. O valor do benefício é de R\$ 31,71/mês por criança. Ambos os pais têm direito ao benefício para a mesma criança, desde que atendam às exigências legais

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

OS NÚMEROS DA MISÉRIA

■ Em 2018, o Brasil registrou 13,5 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou seja, com menos de R\$ 145,00 por mês (IBGE)

■ Um em cada quatro brasileiros vivia com menos de R\$ 420 por mês em 2018 (IBGE)

■ Dos 43,4 milhões de chefes de domicílio, 26,6%, ou 11,5 milhões, ganham um salário mínimo ou menos (Consultoria IDados)

■ Em 2018, quase 104 milhões de brasileiros viviam, em média, com apenas 413 reais per capita (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)

Conferência da sociedade

Hoje e amanhã será realizada a Conferência Democrática de Assistência Social. O encontro, que acontece no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, vai discutir o impacto do teto dos gastos públicos no financiamento da assistência social. Segundo a presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Aldenora González, pela primeira vez, desde 1995, o governo federal não convocou a conferência. Por isso, o encontro vai acontecer pela iniciativa da sociedade civil. Por meio de nota, o Ministério da Cidadania informou que "os encontros da Assistência Social devem seguir o rito da Conferência Ordinária e a deste ano seria extraordinária, por isso, não foi convocada".

Segundo Alderina, as conferências ordinárias são realizadas a cada quatro anos e as extraordinárias, a cada dois, desde que o CNAS foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) em 1993. "O CNAS convocou a conferência, mas um dia depois, o ministro Omar Terra baixou uma portaria desconvocando", disse. "Foi solicitado aprovação de dois terços da plenária do Conselho do CNAS para realizar a conferência. Isso é inédito. Nunca aconteceu. Todos os estados realizaram suas conferências este ano, além de mais de três mil municípios, mas o governo federal não quis realizar o encontro nacional", lamenta.

Crise na assistência

Para ela, o governo cria dificuldade para o debate justamente quando a assistência passa por uma crise. "Neste momento de aumento de pobreza,

desemprego e congelamento de recursos, é muito importante fazer o debate, ouvir sobre o que está acontecendo no Brasil. É angustiante ver o sofrimento dos municípios com a falta de recursos para a assistência", afirma. Ela conta que, em Umuarama (PR), visitou um sopão, de iniciativa da sociedade civil, que teve 80% de aumento da demanda. "Sem ajuda do Estado, as pessoas recorrem a esses centros comunitários, que estão sobrecarregados".

A Loas regulamentou o artigo 204 da Constituição de 1988, que determina o direito à assistência social. Em 2005, foi criado o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) nos moldes do SUS, para organizar a assistência em todo o território em rede com estados e municípios, que recebem transferência da União de fundos constitucionais da seguridade social.

Ainda em consolidação, o SUAS é formado por 8.387 Cras (centro de acolhimento e abordagem a pessoas vulneráveis), 2.720 Creas (especializado em vítimas de violência), 229 centros pop (para população de rua) e 28 centros dias (para idosos). Normalmente, esses centros oferecem café da manhã, alguns oferecem almoço, orientação sobre acesso a políticas públicas e atenção psicológica, alguns oferecem atividades. Segundo Alderina, para 2020, o orçamento da assistência social está 46,11% menor se comparado ao de 2018 e 46,43% menor do que 2019. Ela afirma que são necessários R\$ 2,2 bilhões para complementar o orçamento deste ano e R\$ 1,1 bilhão para o ano que vem.

. “Não tenho sonhos. Se pudesse, queria uma aposentadoria”

» ANDRÉ PHELIPE VIEIRA*

Aureliano Vieira da Silva, 63 anos, está desempregado, e uma dor constante que sente nas pernas dificulta que ele consiga trabalho. Morador da Estrutural, recebe um benefício mensal de R\$ 91,00. Ele não tem acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo a idosos em si-

tuação de extrema pobreza, a partir de 65 anos, e a deficientes. “Não consigo me manter com o benefício. Preciso de ajuda. Não tenho muitos sonhos, mas, se pudesse, queria ter uma aposentadoria”, disse Aureliano ao **Correio**, enquanto aguardava atendimento no Cras, unidade de assistência social na Estrutural.

Ele conta que, às vezes, consegue fazer bicos. “Quando minha

saúde permite, eu faço uns bicos de pedreiro. Mas nada muito pesado, pois não dou conta de carregar saco de cimento, areia e subir escadas”, relata.

Mãe de quatro filhos e avó de três, Juciléia Alves de Jesus, de 42 anos, também usuária do Cras, recebe o Bolsa Família. “Não dá para o básico. Falta gás e, muitas vezes, o que comer”, diz. Ela conta que o marido foi embora quan-

do as crianças eram pequenas. Seu sonho: “morar em uma casa que não seja de madeira e que não alague”.

“O arranjo de seguridade social está todo vinculado ao trabalho. Quando se pensou no BPC, foi para pessoas que são estruturalmente vulneráveis, como deficientes e idosos, excluídos do mundo do trabalho. Foi a grande conquista da Constituição de 1988. Nosso grau

máximo de civilidade, o entendimento de que há um segmento que o mercado não vai absorver. E, com o aumento da longevidade e a tecnologia, esse contingente vai aumentar”, diz Ieda Maria Nobre, doutora em política social e ex-secretária nacional de assistência social (2015-2106).

*estagiário sob supervisão de Cláudia Dianni